

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho
O Trabalho no Século XXI: Mudanças, Impactos e Perspectivas**

GT 07: Trabalho e Trabalhadores Não Convencionais no Capitalismo Global

Desemprego Estrutural: A Problemática da Informalidade

Pedro Henrique Evangelista Duarte
Universidade Estadual de Campinas – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do
Trabalho
ICDD - International Center for Development and Decent Work
Mestre em Economia

Desemprego Estrutural: A Problemática da Informalidade

Resumo

Caracterizada por uma estrutura econômica e social desigual, a economia brasileira se desenvolveu, ao longo do século XX, sem solucionar os principais problemas estruturais referentes ao mercado de trabalho. Se, ao longo do período 1930-1970, o capitalismo industrial brasileiro se desenvolveu e consolidou, o desemprego estrutural permaneceu como característica intrínseca dessa economia. A crise da década de 1980 e as políticas neoliberais dos anos 1990 criaram um ambiente propício à precarização do trabalho no Brasil que, tendo na informalidade um de seus principais reflexos, só viria na década seguinte a ter um quadro econômico que começava a desenhar os aspectos de sua recuperação. Partindo dessas questões, o objetivo do presente trabalho é, a luz da discussão a respeito do desemprego estrutural, analisar a questão da informalidade no Brasil ao longo das duas últimas décadas, tendo em mente que a informalidade se instaura como um dos principais elementos característicos da precariedade histórica do mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave

Desemprego estrutural, informalidade, mercado de trabalho, políticas neoliberais.

Desde sua formação, a economia brasileira mantém características estruturais que resultaram num complexo de desigualdade de renda e pobreza, os quais acabaram por se consolidar como gargalos intrínsecos à sua estrutura econômica e social. Marcada pela heterogeneidade e pelo desemprego estrutural, a economia brasileira passou a ter como um de seus principais desafios a resolução de problemas que se viram intensificados pelos impactos das crises internacionais ou pela implementação de políticas que, mesmo trazendo em seu discurso mecanismos que permitiriam a superação destes problemas, foram apenas capazes de estender suas proporções.

Se a crise da década de 1980 interrompeu um longo processo de desenvolvimento industrial e crescimento do nível de emprego que se configurou na economia brasileira ao longo do período 1930-1970, e que transformou sua estrutura econômica e social sem solucionar seus principais problemas, a implementação das políticas neoliberais e a inclusão definitiva do Brasil nos meandros da globalização na década de 1990 apenas conduziram a um país sem inflação, mas com elevada vulnerabilidade externa, fragilidade financeira, extrema dependência dos capitais internacionais e crise no balanço de pagamentos. Dentro desse quadro, ficava latente a dificuldade de se resolver os problemas que acometiam o mercado de trabalho. É dentro do contexto da necessidade extrema de se enfrentar os dilemas do baixo crescimento econômico e da precarização das relações de trabalho que o Brasil adentra os anos 2000, década na qual os dilemas do mercado de trabalho – ainda que de forma não isolada - voltaram ao campo principal de desafios a serem enfrentados pelo governo.

A partir dessa discussão, o presente artigo tem por objetivo, dentro da discussão teórico-analítica referente ao desemprego estrutural, analisar os aspectos teóricos e concretos a respeito da informalidade no Brasil ao longo das duas últimas décadas. Os argumentos que respaldam tal objetivo são, de um lado, a noção de que, dados os componentes histórico-estruturais da economia brasileira, a mesma se caracteriza pela presença do desemprego estrutural, entendendo este como a incapacidade do sistema econômico de oferecer postos de trabalho cobertos pela legislação vigente, e de maneira estável, para o conjunto da população, o qual ganha impulso pela própria existência de um excedente estrutural de mão-de-obra, funcional ao desenvolvimento do capitalismo na periferia; de outro lado, pelo fato da informalidade ser um dos elementos fundamentais que justificam e explicitam os problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro, na medida em que os mecanismos de trabalho informal se consolidam

como alternativa tanto para uma classe trabalhadora que não consegue se inserir no mercado de trabalho formal, quanto para a classe capitalista que vê em tais mecanismos uma fonte de expansão dos lucros. No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que a informalidade, isoladamente, não fundamenta a existência de desemprego estrutural no Brasil. O argumento fundamentado aqui tão somente assume a mesma como um dos elementos a serem analisados, reconhecendo a necessidade de que uma série de outros condicionantes deve ser considerada para uma análise mais ampla e detalhada.

A metodologia de análise se divide em duas principais partes. Na primeira será apresentado, num primeiro momento, a noção de desemprego estrutural, entendendo o mesmo enquanto expressão do conjunto da população que, pelos desdobramentos do modo de produção capitalista, não consegue se inserir nas formas convencionais de emprego, ingressando por isso ou na fila do desemprego, ou nas formas precárias de emprego. Num segundo momento, e com o intuito de compreender do que se trata a informalidade, será realizado um estudo teórico, apresentando não apenas as diversas noções do conceito, mas principalmente como a ideia de informalidade se modificou ao longo do tempo, desde a primeira tentativa de compreensão desse conjunto de atividades e trabalhadores, empreendida pela Organização Internacional do Trabalho. Da análise desse debate, transparece a complexidade do tratamento do tema, expressa a partir das várias interpretações elaboradas. Nesse sentido, a parte teórica da metodologia se voltará ao resgate do debate acerca da ideia de informalidade para, a partir dele, tentarmos abstrair elementos que nos permitam entender, de um lado, a relação dessa noção com o conceito de desemprego estrutural e, de outro, nos dê elementos para lançar olhos sobre as formas de trabalho informal no Brasil.

Na segunda parte, será realizada a análise de alguns indicadores que permitam uma visualização mais concreta da questão da informalidade no Brasil. Seguindo a metodologia de análise apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), adotamos os conceitos de grau de informalidade I, II e III definidos pelo Instituto. Tais conceitos são definidos como se segue:

- Grau de informalidade I: relação entre a somatória dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria e a somatória dos trabalhadores protegidos, empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria.

- Grau de informalidade II: relação entre a somatória dos empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não-remunerados e a somatória dos trabalhadores protegidos, empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria, não-remunerados e empregadores.
- Grau de informalidade III: relação entre a somatória dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria e a somatória dos trabalhadores protegidos, empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e empregadores.

Como pode se observar, o grau de informalidade II é o que se apresenta de forma mais completa para a análise da informalidade. No entanto, dado os componentes diferenciados que cada um considera, a avaliação e comparação de cada um deles permite verificar o peso de cada um dos critérios selecionados – por exemplo, a comparação entre os graus de informalidade I e III permite verificar o peso dos empregadores, ao passo que a comparação entre os graus II e III permite verificar o peso dos não remunerados.

Da análise empreendida destaca-se, num primeiro plano, a definição do que pode ser entendido por desemprego estrutural. Ainda que não exista consenso para uma definição concreta do termo, aqui consideramos desemprego estrutural como característica de toda economia que não possui uma estrutura econômica organizada e articulada de modo a ofertar, com remuneração suficiente e proteção social, emprego para o conjunto da população apta a participar do mercado de trabalho, resultando na existência de elevadas taxas de desemprego, baixas remuneração e alta heterogeneidade produtiva do trabalho e salarial inter e intra setorial. Num segundo plano, e no mesmo sentido, as dificuldades envolvidas na definição da informalidade. Acerca dessa temática há um intenso debate, permeado por polêmicas e divergências, em relação àquilo que deve ser considerado como informal. A partir de enfoques diversos, um conjunto de autores fizeram esforços no sentido de tentar sistematizar uma idéia, mais ampla possível, que pudesse oferecer de aparato teórico e analítico para as relações construídas dentro do mercado de trabalho. A par dessas dificuldades e divergências, acreditamos que tomar uma abordagem ampla, que agregue um conjunto de conceitos, se apresenta como instrumental coerente para a análise empreendida. Assim, trabalhar conjuntamente com os conceitos de *setor informal*, *mercado de trabalho informal* e *trabalho informal*

abre um leque de possibilidades analíticas que, de forma concreta, um único conceito não conseguiria abordar.

Em resumo, os resultados apontados por este trabalho mostram que, em primeiro lugar, o tratamento da informalidade é fundamental, ainda que não suficiente, para a caracterização de uma economia, com a estrutura da economia brasileira, a partir do desemprego estrutural. Assim, ainda que não se possa dizer que a economia brasileira possui desemprego estrutural exclusivamente pelo critério da informalidade, é fundamental apontar que os elementos que agregam relações de trabalho informal são passíveis de ocorrência em economias com excedente estrutural de mão-de-obra e com desequilíbrios e disfuncionalidades intra e inter setoriais e, portanto, são *locus* da existência de desemprego estrutural. Em segundo lugar, mesmo que nos últimos anos a economia brasileira tenha passado por um crescimento econômico que permitiu a recuperação dos indicadores relativos ao mercado de trabalho – dentre eles, a redução da informalidade – é importante ter em mente a fragilidade e vulnerabilidade dessa estrutural econômica, para o que é de extrema importância que se continue no caminho do crescimento e do investimento público com fins a superar os gargalos estruturais da economia brasileira.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial. Coleção mundo do trabalho. 2º Edição.

_____. (1998). Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. *Economia e trabalho – textos básicos*. Campinas – SP: IE Unicamp.

BALTAR, P.; DEDECCA, C. S. (1997). *Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90*. Estudos Econômicos. Volume 27, número especial. São Paulo: IPE-USP.

BALTAR, P. et al. (2010). *Moving towards decent work. Labour in the Lula Government: reflections on recent brazilian experience*. Global Labour University Working Papers. Paper nº 9.

BARBOSA, A. de F. (2009). *De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito*. São Paulo: USP.

_____. (2009). *Reconceptualizing the Urban “Informal Sector” in Underdeveloped Countries: An Overview of the Brazilian, Indian and South African Cases*. Global Labour University Conference. Mumbai, 22-24 February 2009.

BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1º edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.

CACCIAMALI, M. C. (2002). *A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza*. São Paulo: Fipe.

_____. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, número 14. Campinas, Junho de 2000.

CACCIAMALI, M. C. (1983a). *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica.

CEPAL. (2010). *La Hora de la Igualdad: Brechas por Cerrar, Caminos por abrir*. Nações Unidas. Santiago de Chile.

COSTA, M. da S. (2010). *Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira*. Cadernos CRH, volume 23, número 58. Salvador. Janeiro/Abril de 2010.

DEDECCA, C. S. (2005). *Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 25, n° 1 (97), pp. 94-111. São Paulo, Janeiro/Março de 2005.

DEDECCA, C. S.; PRONI, M. (2006). *Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas – São Paulo: Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. (2004). *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*. Cadernos CRH, volume 17, número 41. Salvador. Maio/Agosto de 2004.

HART, K. (1971). *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana*. The Journal of Modern African Studies. Volume 11, número 1.

KREIN, J. D.; PRONI, M. (2010). *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Série Trabalho Decente no Brasil – documento de trabalho número 4. Organização Internacional do Trabalho.

OLIVEIRA, C. A. B. (1998). Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. *Economia e trabalho – textos básicos*. Campinas – SP: IE Unicamp.

SALAS, C. *El sector informal Auxilio u obstáculo para el conocimiento de la realidad social en América Latina*.

TAVARES, M. (2010). *Trabalho informal e suas funções sociais*. Revista Praia Vermelha, volume 20, número 1. Rio de Janeiro, Janeiro-Junho de 2010.